

**10. TUB — TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA —  
PROCEDIMENTO PARA FINANCIAMENTO BANCÁRIO PARA  
AQUISIÇÃO DE 6 VEÍCULOS ELÉTRICOS NO ÂMBITO DO  
POSEUR:**

Submete-se ao Executivo Municipal a assunção de compromissos plurianuais relativamente ao Concurso Público Internacional para aquisição de 6 veículos elétricos no âmbito do POSEUR.

Exmo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Braga  
Dr. Ricardo Rio  
Praça do Município  
4700 BRAGA

V/ Ref.ª:                      Data:                      N/ Ref.ª: 164/ADM                      Data: 26-10-2017

**Assunto: PROCEDIMENTO PARA FINANCIAMENTO BANCÁRIO PARA AQUISIÇÃO DE 6 VEÍCULOS ELÉTRICOS NO ÂMBITO DO POSEUR**

Ex.mº Sr. Presidente da Camara Municipal de Braga

Os Transportes Urbanos de Braga pretendem lançar um Concurso Publico Internacional para financiamento bancário no valor de 2.850.000,00€, para aquisição de 6 veículos elétricos no âmbito do POSEUR – Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos.

Pretende-se que o Concurso Publico Internacional dê origem a um contrato de doze anos, que só produzirá efeitos com o visto prévio do Tribunal de Contas.

Atendendo a que este período de tempo ultrapassa o período de um orçamento anual, vimos por este meio solicitar à Camara Municipal de Braga autorização para assumir compromissos plurianuais para este efeito.

*Dr. Ricardo Rio*  
4210.27  


A ADMINISTRAÇÃO

  
(Teotónio Andrade dos Santos, Engº)

## 1. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA O FINANCIAMENTO BANCÁRIO DA AQUISIÇÃO DE 6 VEÍCULOS ELETRICOS NO ÂMBITO DO POSEUR

No âmbito do Código dos Contratos Públicos, submete-se ao Conselho de Administração a abertura de concurso público com a aprovação do Programa do Concurso e Caderno de Encargos, bem como a constituição do seguinte Júri:

Presidente: Carlos Plácido

1º Vogal: Margarida Vasconcelos

2º Vogal: Manuel Martins

Suplentes: Rui Martins

Nuno Ribeiro

- Que o primeiro Vogal Efetivo substitua o Presidente nas suas faltas e impedimentos.
- Delegar no júri acima proposto a realização de audiência prévia.
- A aprovação do Programa do Concurso e Caderno de Encargos, em anexo.

### **DELIBERAÇÃO:**

*Deliberado aprovar nos termos propostos*

*Caro Sr. Presidente do Júri*  
*por António B. Leite d. Cat*  
*Leiteiro da V. de A. de A. de A.*



**TRANSPORTES  
URBANOS DE BRAGA**

**CONCURSO PÚBLICO**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO DE AUTOCARROS  
ELÉCTRICOS NO ÂMBITO DO POSEUR**

**2017**

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO**

O presente concurso tem por objecto a prestação de serviços de financiamento para aquisição de autocarros eléctricos, no âmbito do POSEUR, de acordo com as condições estabelecidas no Caderno de Encargos, até ao valor de 2.850.000 € (dois milhões oitocentos e cinquenta mil euro).

### **2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

2.1 A Entidade Adjudicante são os TUB – Empresa Transportes Urbanos de Braga – Empresa Municipal, adiante designada por TUB/EM, sitos na Quinta de Santa Maria – Maximinos 4700-244 BRAGA, com o número de telefone 253606890, fax n.º 253606899 e correio electrónico geral@tub.pt.

2.2 O órgão que tomou a decisão de contratar é o Conselho de Administração da Entidade Adjudicante.

### **3. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DATA LIMITE PARA A RECEPÇÃO DAS MESMAS**

1. As propostas, e os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas no prazo de 9 dias, até às 23H59M do último dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República, no portal <http://www.acingov.pt/acingov/>.

2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura electrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõe, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora definida no número anterior.

### **4. PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS.**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são competência do Júri do Concurso e devem ser solicitados até ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.

## **5. DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

1.A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, sendo constituída pelos seguintes documentos, obrigatoriamente redigida em língua portuguesa:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documento contendo os atributos da proposta, de acordo com o anexo "Modelo de Proposta". A proposta a apresentar deverá ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- c) As propostas deverão conter a indicação de que o concorrente aceita o foro de Braga para as questões emergentes do presente concurso e correspondente contrato e o que se acha prescrito na legislação em vigor, renunciando a qualquer outro foro;
- d) Podem igualmente integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considerar indispensáveis para os atributos da proposta apresentada.

2. Os documentos da proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

## **6. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES E EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS**

1 - Não se aceitam propostas variantes.

2 – Serão excluídas as propostas que violem o disposto no caderno de encargos, designadamente a cláusula primeira.

## **7. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

Os concorrentes comprometem-se a manter válidas as respectivas propostas por um período de 40 dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **8. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

A adjudicação é feita segundo o critério do preço mais baixo, considerado este no conjunto das condições, isto é o valor que a entidade terá de pagar pelo financiamento contratado.

## **9. ADJUDICAÇÃO**

1. Até à assinatura do contrato, a entidade adjudicante reserva-se o direito de não proceder à adjudicação, se assim o entender, sem necessidade de justificação.
2. A decisão de adjudicação a qualquer dos concorrentes é da exclusiva responsabilidade dos TUB/EM.

## **10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

O adjudicatário deve entregar no prazo de 5 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Documentos comprovativos de que detém as autorizações necessárias à prestação de serviços financeiros.

## **11. CONTRATO**

1. As despesas inerentes à elaboração e assinatura do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.
2. O adjudicatário compromete-se a aprovar a minuta do contrato no prazo de 6 (seis) dias após a data da sua recepção, sendo apenas admissíveis reclamações quando dela constem obrigações não contidas nos documentos que serviram de base ao concurso ou na proposta do adjudicatário, quando esta não contrarie aqueles.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

O concorrente a quem for adjudicado o concurso obriga-se ao cumprimento da lei do selo em todos os documentos que exijam esse imposto, assim como ao reconhecimento notarial das respectivas assinaturas na qualidade e com poderes para o ato, quando exigido.

## **13 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos.



## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PARTE I**

#### **CLÁUSULAS JURÍDICAS**

##### **Cláusula 1.ª**

###### **Objecto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no seguimento do procedimento que tem por objecto a prestação de serviços financeiros para aquisição das autocarros eléctricos, no âmbito do POSEUR de um empréstimo até 2.850.000€ (dois milhões oitocentos e cinquenta mil euro), pelo prazo de 12 anos, de acordo com as cláusulas deste caderno de encargos, e as seguintes condições:

- Taxa de juros máxima 2%;
- Comissão de cobrança mensal máxima 1,5€;
- Isenção de comissão de montagem da operação;
- Isenção de comissão de liquidação antecipada.

##### **Cláusula 2.ª**

###### **Contrato**

1 – O Contrato integra os seguintes elementos:

- a) O clausulado contratual e anexos;
- b) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que estes erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- d) O presente Caderno de Encargos;
- e) A proposta adjudicada; e
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os vários elementos que integram o Contrato, a prevalência obedece à ordem por que vêm enunciados no número anterior.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Condições gerais da prestação**

A prestação de serviços subjacente ao objecto do presente Concurso deve ser executada em conformidade com este Caderno de Encargos.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Obrigações e deveres do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) A obrigação de prestar o serviço, em conformidade com este Caderno de Encargos;
- b) A manutenção da validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da actividade;
- c) A obrigação de proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento da capacidade financeira da entidade adjudicante;
- d) O pagamento de quaisquer encargos relativos à execução do Contrato, nomeadamente às referentes ao cumprimento das obrigações previstas na alínea anterior e demais despesas, que nos termos do presente caderno de encargos, não sejam da responsabilidade da TUB;
- e) Fornecer atempadamente todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários para que se possa promover uma gestão eficiente do contrato de serviços financeiros, devendo após a celebração do contrato identificar os recursos humanos que serão os interlocutores junto da TUB.

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Obrigações e deveres da TUB**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais da Entidade Adjudicante:

- a) Pagar ao adjudicatário o capital e demais condições financeiras acordadas, devidos pela contratação dos serviços financeiros;
- b) Fornecer ao adjudicatário a informação relevante e necessária à sua capacidade financeira.

#### Cláusula 6.ª

##### Preço

- 1 – Pelo cumprimento de todas as obrigações emergentes do Contrato, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o valor constante da proposta adjudicada, a que acrescerão os impostos previstos na lei.
- 2 – O preço referido no nº 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade Adjudicante.
- 3 – No decurso da execução do contrato, o adjudicatário, por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração às condições acordadas.

#### Cláusula 7.ª

##### Condições de pagamento

- 1 – As quantias devidas pela TUB, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas nos prazos acordados.
- 2 – Em caso de discordância por parte da TUB, quanto aos valores indicados em avisos de pagamento, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura/aviso corrigida.
- 3 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, os valores são pagos através de transferência bancária.
- 4 – Os avisos de pagamento são enviados pelo adjudicatário para a morada da adjudicante ou por correio electrónico ou por sistema de homebanking.

#### Cláusula 8.ª

##### Alterações ao contrato

Qualquer alteração ao Contrato terá de ser efectuada por escrito e assinada por sujeitos legal ou estatutariamente habilitados para representar a Entidade Adjudicante e o adjudicatário.

#### Cláusula 9.ª

##### Cessão da posição contratual

1 – A cessão, total ou parcial, da posição contratual do adjudicatário e a associação, sob qualquer forma, a outra entidade para execução do contrato depende de autorização escrita da Entidade Adjudicante.

2 – Para efeito do disposto no número anterior, a cessão será realizada de acordo com o que sobre ela se dispõe no Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 10.ª

##### Resolução

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, nem prejudica o direito de exigir uma indemnização pelos prejuízos causados pelo incumprimento.

#### Cláusula 11.ª

##### Casos fortuitos e de força maior

1 – Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.

2 – Entende-se por caso fortuito ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excepcional, independente da vontade das partes e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.

3 – A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### Cláusula 12.ª

##### Confidencialidade

O Adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se a não divulgar quaisquer informações que obtenha no âmbito do Contrato e a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à sua execução.

#### Cláusula 13.ª

##### Penalidades

Sem prejuízo do direito à resolução e do legalmente previsto, o incumprimento do contrato legitima a Entidade Adjudicante a adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença para mais se houver, a cargo do adjudicatário.

#### Cláusula 14.ª

##### Vigência

O contrato a celebrar vigorará pelo período de 12 anos.

#### Cláusula 15.ª

##### Foro competente

Para resolução dos litígios decorrentes da execução do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga com expressa renúncia a qualquer outro.

#### Cláusula 16.ª

##### Contagem de prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

#### Cláusula 17.ª

##### Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto a notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.<sup>a</sup>

Legislação aplicável

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## PROPOSTA

\_\_\_\_\_(firma), portador do NIPC nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, tendo sido consultado no âmbito do Procedimento de Concurso Público n.º \_\_\_\_/2017, vem com o presente documento apresentar a sua proposta para a prestação de serviços financeiros para aquisição de autocarros eléctricos, no âmbito do POSEUR, o que faz nos seguintes termos:

1 - Aceita o foro de Braga para as questões emergentes do presente procedimento e correspondente contrato e o que se acha prescrito na legislação em vigor, renunciando a qualquer outro foro;

2 – Propõe financiar a actividade da TUB até ao valor de 2.850.000€ (dois milhões oitocentos e cinquenta mil euro), pelo prazo de doze anos, com pagamentos mensais;

3 – Propõe as seguintes condições financeiras:

- Taxa de juros calculada com base na Euribor a 12 meses, com um *spread* de \_\_\_\_% e juros postecipados;

- Comissão de cobrança mensal \_\_\_\_;

- Comissão de montagem da operação - \_\_\_\_\_;

- Comissão de liquidação antecipada \_\_\_\_\_;

- Comissão de imobilização \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017